

Código do Aviso: 33/FSI/PCC/2026

Natureza do Aviso: Convite

Data da publicação: 16-02-2026

Data de encerramento:30-03-2026

Objetivo específico 3: Prevenção e combate ao crime

Dotação disponível: 2.654.721,58 €

Diploma: Portaria n.º 386/2023, de 20 de novembro

CONVITE PARA A APRESENTAÇÃO DE CANDIDATURA

1. Âmbito

O presente convite é efetuado nos termos do n.º 1 do art.º 3.º da Portaria n.º 386/2023, de 23 de novembro de 2023, no âmbito do OE3 - Prevenção e Combate ao Crime, do Fundo para a Segurança Interna (FSI), plasmado na legislação comunitária e nacional aplicável e nos respetivos documentos programáticos aprovados que se encontram disponíveis para consulta no Portal da SGMJ, através do seguinte endereço <https://sgmj.justica.gov.pt>, área dos Fundos Europeus, Fundo para a Segurança Interna 2021-2027.

2. Prazo para a apresentação de candidatura

O prazo para a apresentação de candidatura a que respeita o presente aviso, inicia-se no dia da sua publicação 16/02/2026 e decorre até às 23 horas e 59 minutos do dia 30/03/2026.

A data e a hora de entrada da candidatura a que respeita o presente convite, são as do registo que comprova a submissão da candidatura na plataforma eletrónica do Sistema de Informação e Gestão de Fundos Comunitários 2021-2027 (SIGFC 21-27).

3. Apresentação da candidatura

A candidatura é apresentada através da plataforma SIGFC 21-27, em <https://sigfc2127.sg.mai.pt>.

Antecedendo a apresentação da candidatura, a entidade deve efetuar o seu registo e autenticação no SIGFC 21-27.

A candidatura a apresentar deve cumprir com o disposto na Portaria n.º 386/2023, de 23 de novembro, conjugado com as indicações expressas no presente convite e no Sistema de Gestão e Controlo do Quadro Financeiro 2021-2027 (QFP 21-27).

Para o efeito, deve ser tido em atenção o preenchimento dos indicadores afetos ao presente convite, identificados no Anexo I e constantes no separador da candidatura em SIGFC 21-27.

Após a submissão da candidatura, será enviada mensagem eletrónica de confirmação da sua receção via SIGFC 21-27, bem como o respetivo Termo de Responsabilidade. Este deve ser devidamente preenchido pela entidade candidata ao financiamento e assinado por quem tenha a competência legal para o ato e submetido em SIGFC, no prazo máximo de dez (10) dias úteis a contar da data da submissão da candidatura.

Qualquer pedido de informação deve ser dirigido à Secretaria Geral da Justiça, enquanto Organismo Intermédio, através de correio eletrónico: correio@sg.mj.pt, ou através de contacto telefónico: 21 322 23 00.

4. Dotação financeira do Fundo e taxa de cofinanciamento

A dotação de Fundo a afetar ao presente Convite é de 2.654.721,58 € (Dois milhões, seiscentos e cinquenta e quatro mil, setecentos e vinte e um euros e cinquenta e oito cêntimos).

A taxa máxima de cofinanciamento para a candidatura a apoiar, definida no presente Convite, é de 75% do investimento total elegível da operação aprovada.

5. Duração da operação

No âmbito do presente Aviso, a operação aprovada tem um prazo máximo de execução de quarenta e um (41) meses.

6. Objetivos e dimensões de execução

O Fundo de Segurança Interna (FSI) tem como objetivo estratégico contribuir para assegurar um elevado nível de segurança na União, apoiado nos objetivos específicos definidos no n.º 2 do artigo 3.º do Regulamento (UE) 2021/1149, de 7 julho.

Deste modo, a candidatura a financiar deve assegurar o cumprimento dos objetivos do Fundo e, nomeadamente, do constante no OE3 - Prevenção e Combate ao Crime, do Programa Nacional FSI (PNFSI), para o período 2021/2027 aprovado pela Comissão Europeia através da Decisão C(2022) 9364, de 9 de dezembro.

No âmbito do presente Convite a candidatura a apresentar insere-se nas seguintes dimensões:

Medida de execução: Alínea d), do n.º 3, do Anexo II, do Reg. (UE) 2021/1149, de 07/07;

Ação - Dimensão execução: N.º 1, do art.º 12.º, do Reg. (UE) 2021/1149, de 07/07.

A candidatura a financiar, deve promover o cumprimento dos objetivos definidos para o Fundo, designadamente, o reforço da preparação e da capacidade de resiliência para uma resposta adequada às ameaças à segurança.

7. Ações elegíveis

A candidatura a apresentar ao presente Convite deve enquadrar-se nas tipologias de ação previstas no OE3 do Programa Nacional FSI, relacionadas com o asseguramento do apetrechamento tecnológico (meios para abordagens táticas e caracterização; meios operacionais e táticos) das autoridades que têm responsabilidade na prevenção e combate à criminalidade, nomeadamente a análise aprofundada, a prevenção e a investigação criminal especializadas das formas mais graves de criminalidade – criminalidade violenta, organizada ou complexa, transnacional.

8. Entidade candidata

O presente Aviso tem natureza de Convite, destinando-se exclusivamente a uma entidade, a qual por inerência das suas competências, é a única que pode executar a operação em causa, pelo que, para os efeitos previstos no presente Aviso, pode candidatar-se ao apoio a Polícia Judiciária.

A entidade convidada enquadra-se no artigo 3.º da Portaria n.º 386/2023, de 23 de novembro.

9. Condições gerais de admissão e aceitação da entidade candidata

Nos termos do n.º 1, do artigo 10.º, da Portaria n.º 386/2023, de 23 de novembro, só serão analisadas candidaturas de entidades que, cumulativamente:

- 9.1.** Possuam a sua situação fiscal e contributiva regularizada, perante a Autoridade Tributária e a Segurança Social, respetivamente;
- 9.2.** Não possuam quaisquer dívidas ao Fundo FSI;
- 9.3.** Não estejam inibidas de concorrer por força dos factos descritos nas alíneas b). e i). do artigo 35.º da citada Portaria;
- 9.4.** Demonstre capacidade de financiamento da operação apresentando, para o efeito, o número de compromisso;
- 9.5.** Demonstre que as entidades parceiras cumprem o disposto nas alíneas anteriores, quando aplicável;
- 9.6.** Esteja legalmente constituída e cumpra as condições legais necessárias ao exercício da sua atividade;
- 9.7.** Possuam ou possam assegurar os meios técnicos, físicos e financeiros e os recursos humanos necessários ao desenvolvimento da operação;
- 9.8.** Possuam a sua situação regularizada em matéria de reposições no âmbito dos financiamentos do anterior Programa Nacional FSI 2014-2020, quando aplicável;
- 9.9.** Disponham de contabilidade organizada de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística aplicável;

10. Condições de admissão e aceitação de candidaturas

Constituem requisitos gerais de admissão de candidaturas:

10.1. O enquadramento das candidaturas nos objetivos e ações previstas no Programa Nacional FSI;

10.2. O pleno respeito pelos direitos fundamentais e dignidade humana em conformidade com a Carta dos Direitos Fundamentais da União e com a Convenção Europeia para a Proteção dos Direitos do Homem e das Liberdades Fundamentais;

10.3. A apresentação do projeto técnico de engenharia / arquitetura aprovado ou a explicitação da sua dispensa nos termos legais, sempre que aplicável;

10.4. O cumprimento da legislação comunitária e nacional, em matéria de contratação pública;

10.5. O cumprimento da legislação comunitária e nacional, em matéria de proteção de dados pessoais;

10.6. O cumprimento das obrigações dos beneficiários, em matéria de promoção, notoriedade, transparência e comunicação, conforme o disposto nos art.ºs 47.º e 50.º do Regulamento (UE) 2021/1060, de 24 de junho;

10.7. A demonstração da coerência, da não duplicação das ajudas e da complementaridade entre a operação a financiar pelo Fundo e o apoio prestado por outros fundos da União, sempre que aplicável;

10.8. A apresentação dos indicadores de realização e de resultado a atingir através da operação.

11. Prazo para a comunicação de admissão e aceitação da candidatura

A decisão da admissão e aceitação da candidatura é comunicada à entidade candidata até trinta (30) dias corridos contados do final do prazo fixado no **Ponto 2** do presente Aviso.

12. Despesas elegíveis

A operação deve reunir os requisitos gerais de elegibilidade de despesa exigidos no art.º 16.º da Portaria n.º 386/2023, de 23 de novembro.

Deste modo, consideram-se despesas elegíveis de uma operação, aquelas que cumpram cumulativamente os seguintes requisitos gerais:

12.1. Serem suscetíveis de financiamento nos termos da legislação comunitária e nacional, relativa ao Fundo de Segurança Interna;

12.2. As despesas efetivamente incorridas e pagas pelo beneficiário, no âmbito da execução das ações que integram a operação aprovada, comprovadas por documento de despesa válido;

12.3. Cumpram os princípios da economia, eficiência e eficácia e da relação custo / benefício;

12.4. Despesas que decorram e se enquadrem, também, na legalidade substancial e dos procedimentos de que resultam, designadamente em matéria de contratação pública.

Assim, no âmbito do presente aviso e das ações definidas no **Ponto 7**, as despesas elegíveis a afetar à operação, são:

- Aquisição de equipamentos;
- Aquisição, desenvolvimento e manutenção de sistemas de informação e/ou soluções tecnológicas;
- Capacitação de equipas associadas às soluções, aos sistemas e aos equipamentos a adquirir e/ou implementar.

13. Despesas não elegíveis

No âmbito do QFP 2021-2027:

13.1. Não são elegíveis, ao abrigo do Regulamento (UE) 2021/1060, de 24 de junho, as seguintes despesas:

- Os juros sobre dívidas;
- A aquisição de terrenos necessários às operações num montante superior a 10% do total das despesas elegíveis da operação em causa, sendo que, para as áreas industriais que contêm edifícios, este limite é elevado para 15%;
- O imposto sobre o valor acrescentado (IVA), exceto:
 - (i). Para as operações cujo custo total seja inferior a 5,0 milhões de euros (incluindo o IVA);
 - (ii). Para as operações cujo custo total seja igual ou superior a 5,0 milhões de euros (incluindo o IVA), quando o IVA não for recuperável ao abrigo da respetiva legislação nacional;

13.2. São ainda não elegíveis, ao abrigo do Regulamento (UE) 2021/1149, de 7 de julho, as despesas associadas às seguintes ações:

- Ações limitadas à manutenção da ordem pública nacional;
- Ações com fins militares e de defesa;
- Ações destinadas à aquisição de equipamentos em que o objetivo principal é o controlo aduaneiro;
- Ações destinadas à aquisição de equipamentos coercivos, nomeadamente, armas, munições, explosivos e bastões antimotins, exceto se forem para fins de formação;
- Recompensa de informadores e dinheiro para engodo, fora do quadro de uma ação operacional EMPACT do ciclo político da UE.

14. Modo de financiamento

O financiamento das despesas elegíveis efetivamente incorridas e pagas é efetuado de acordo com o disposto no artigo 5.º e n.ºs 1 a 6 do artigo 16.º, da Portaria n.º 386/2023, de 23 de novembro.

15. Período de elegibilidade das despesas

São elegíveis a cofinanciamento as despesas efetuadas e decorrentes das ações desenvolvidas e executadas no período entre 1 de janeiro de 2021 e 31 de dezembro de 2029.

16. Esclarecimentos complementares

O Organismo intermédio, responsável pela análise da candidatura e posterior decisão, pode requerer à entidade candidata esclarecimentos e/ou elementos complementares, os quais devem ser prestados no prazo máximo de dez (10) dias úteis, contados a partir da data em que sejam formalmente solicitados.

A solicitação dos esclarecimentos dos elementos atrás referidos, tem efeitos suspensivos relativamente à contagem do prazo para a decisão sobre a candidatura.

17. Calendário da análise e decisão

A comunicação da decisão relativa ao pedido de financiamento sobre a candidatura admitida e aceite, após análise técnica e emissão do parecer, é proferida no prazo de sessenta (60) dias corridos a contar da data de encerramento do aviso.

O mencionado prazo suspende-se quando sejam solicitados, à entidade candidata, quaisquer esclarecimentos, informações ou documentos.

Considera-se haver desistência da candidatura quando a entidade candidata não apresenta, no prazo de dez (10) dias úteis, os esclarecimentos, as informações ou os documentos que lhe forem solicitados.

A aceitação da decisão de aprovação da candidatura por parte da entidade candidata, confere-lhe o direito a receber financiamento para a realização da operação no âmbito do Fundo.

18. Divulgação dos resultados

Em caso de decisão de aprovação da candidatura, esta será objeto de divulgação pública no Portal da SGMJ, área dos Fundos Europeus, Fundo para a Segurança Interna 2021-2027, contendo a identificação da entidade beneficiária, da operação e o montante de financiamento aprovado.

19. Obrigações da entidade beneficiária

Com a aceitação da decisão de aprovação da candidatura, a entidade beneficiária é obrigada a:

19.1. Executar a operação nos termos e condições aprovadas;

19.2. Facultar o acesso aos locais de realização da operação e àqueles onde se encontrem os elementos e documentos necessários ao acompanhamento e controlo da operação;

19.3. Constituir e manter permanentemente atualizada e disponível na sua Sede, até ao prazo de cinco (5) anos, a contar de 31 de dezembro do ano em que a Autoridade de Gestão ou o Organismo Intermédio efetua o último pagamento ao beneficiário, pasta técnico-financeira da operação, assim como a completa disponibilidade para facultar cópia dos documentos que a integrem, sempre que solicitados;

19.4. Cumprir as regras de comunicação constantes nas disposições regulamentares comunitárias e nacionais aplicáveis, bem como as normas específicas instituídas pela Autoridade de Gestão do Portugal Protege 21/27;

O incumprimento das obrigações de comunicação pode dar origem à redução do apoio até 3% do Fundo aprovado para a operação;

19.5. Repor os montantes indevidamente recebidos e cumprir as sanções administrativas aplicadas;

19.6. Manter a situação fiscal e contributiva regularizada, perante a Autoridade Tributária e a Segurança Social, respetivamente, a qual é aferida no momento da assinatura da Convenção de Subvenção, bem como ao longo de todo o período de execução da operação, nomeadamente, nas fases de pagamento dos apoios;

19.7. Possuir um sistema de contabilidade organizada, de acordo com as normas nacionais em vigor;

19.8. Assegurar a disponibilização de todos os elementos necessários às atividades de monitorização e avaliação da operação e participar em processos de inquirição relacionados com a mesma;

19.9. Adotar procedimentos que respeitem os princípios da transparência, da concorrência e da boa gestão dos dinheiros públicos, de modo a prevenir situações suscetíveis de configurar conflito de interesses, designadamente, nas relações estabelecidas com os fornecedores e com os prestadores de serviços.

À entidade beneficiária compete, ainda, cumprir com as demais obrigações legais e regulamentares, comunitárias e nacionais.

O incumprimento das suas obrigações e dos prazos fixados nos normativos legais comunitários e nacionais, designadamente, pela prática de atos previstos nas alíneas i). e k). do artigo 35.º da Portaria n.º 386/2023, de 23 de novembro, origina a revogação da Decisão de Aprovação da operação.

20. Condições de alteração da operação

As alterações à operação carecem da apresentação do correspondente pedido de alteração, por meio de submissão eletrónica, na área existente para o efeito no SIGFC 21-27.

21. Documentos a anexar à candidatura

Para efeitos de submissão eletrónica, a candidatura deve ser acompanhada dos seguintes documentos:

1. Cartão de Pessoa Coletiva;
2. Estatutos da entidade;
3. Certidão da situação (não dívida) perante a Autoridade Tributária, ou, declaração de consentimento para a consulta da situação fiscal;
4. Certidão da situação (não dívida) perante a Segurança Social, ou declaração de consentimento para a consulta da situação contributiva;
5. Todos os documentos legalmente obrigatórios para a execução e justificação das atividades e procedimentos.

22. Critérios de seleção e metodologia de apuramento do mérito da candidatura

A candidatura admitida é objeto de uma avaliação de mérito em função dos critérios de seleção que se encontram definidos no documento "Metodologia e Critérios de Seleção de Candidaturas", elaborado pela Autoridade de Gestão:

1. Grau de contributo para os indicadores específicos do Programa Nacional FSI.
2. Grau de sustentabilidade da operação.
3. Grau de complementaridade com outras operações cofinanciadas.
4. Grau capacidade de gestão e implementação da operação.

A restante informação, relativa à metodologia aplicada à avaliação do mérito das candidaturas, pode ser consultada no documento ante mencionado, o qual se encontra disponível em:

<https://sgmj.justica.gov.pt/Servicos/Fundos-europeus/Fundo-para-a-Seguranca-Interna-2021-2027/Normas-orientacoes-e-documentos-diversos>

Para efeitos de seleção / aprovação só são consideradas as candidaturas que obtenham uma pontuação final igual ou superior a 3.

23. Meios de divulgação e informação complementar

Ao presente Convite aplica-se subsidiariamente a demais informação relevante, nomeadamente a legislação e regulamentação comunitária e nacional em vigor, bem como a respetiva documentação programática.

24. Contactos

Morada: Rua do Ouro, 6 - 1149-019 Lisboa

Telefone: 21 322 23 00

Correio eletrónico: correio@sg.mj.pt

O Organismo Intermédio

Helena Esteves

16 de fevereiro de 2026